

USO COTIDIANO DE PRODUTOS NO ÂMBITO DOMÉSTICO: INTERFACE EMPRESA E ECONOMIA FAMILIAR¹

EVERYDAY USE OF PRODUCTS IN THE DOMESTIC SPHERE: BUSINESS INTERFACE AND HOUSEHOLD ECONOMY

Amélia Carla Sobrinho Bifano²

1. RESUMO

A proposta do artigo é apresentar uma abordagem teórica para o estudo de produtos eletrodomésticos e sua utilização cotidiana pelas pessoas. Entende-se economia familiar como área de conhecimento que deve se preocupar com a satisfação dos sujeitos na aquisição, na alocação adequada de recursos, e no uso de produtos em seu cotidiano, a partir das avaliações em termos de segurança e êxito na utilização, atualmente demandadas pelas empresas e organismos governamentais e não governamentais. As primeiras buscam criar vantagem competitiva; as segundas, resguardar os direitos do consumidor em suas relações de consumo. Um conjunto de conhecimentos foi construído e sistematizado respondendo às questões: como se dá a prática das pessoas e suas ações instrumentalizadas pelos produtos, quais processos individuais estão a ela relacionados e como se constituem. A ideia é disponibilizar um instrumental de base para pesquisas e prática, bem como mostrar a interface da economia familiar com as empresas/instituições.

Palavras-chave: Cotidianidade. Teoria da atividade. Ergonomia de produto.

¹ Programa de pesquisa financiado pelo edital Pesquisador Mineiro – FAPEMIG, no período 2013 a 2015.

² Doutora em Engenharia de Produção/Trabalho Tecnologias e Organizações USP - São Paulo - Brasil/CNAM- Paris – França, Laboratório Interfaces. Professora Associada do Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil (abifano@ufv.br).

2. ABSTRACT

The aim of this paper is to present a theoretical approach to the study of household products and their use by the people in her everyday life. Means family economics as a field of knowledge that should be concerned with the satisfaction of the subjects in the acquisition, the appropriate allocation of resources, and the use of products in their everyday lives, as to the evaluations of safety and success in use, currently demanded by enterprises and governmental and nongovernmental organizations. The first looking for competitive advantage; the second, looking for safeguard consumer rights in their consumer relations. A body of knowledge has been built and systematized by answer the questions: how is the practice of people and their actions with the products, which individual processes are related to it and how they constitute. The idea is to provide an instrumental base for research and practice, as well as showing the interface of the family economy with companies / institutions.

Keys words: Everyday life. Activity theory. Ergonomics of product.

3. INTRODUÇÃO

O Brasil tem se tornado o foco para implantação de centros estratégicos em pesquisa e desenvolvimento de produtos que serão exportados para a América Central, América Latina. A partir de início da década de 90, com a abertura da economia e a implementação do PBQP – Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade, as empresas têm investido no setor de pesquisa e desenvolvimento como forma de aumentar sua vantagem competitiva. Uma das mudanças percebidas na estrutura organizacional destas empresas é o “foco nos consumidores” (...). Desta forma, abre-se, para a economia familiar, uma possibilidade concreta de trabalho no seio destas equipes contribuindo com informações relacionadas às necessidades e às expectativas dos consumidores finais dos produtos. Por outro lado, com o aumento da população e com o acesso aos bens de consumo duráveis, as organizações governamentais como INMETRO – Instituto de Normatização e Metrologia, os PROCONS, as secretarias estaduais e municipais, como também organizações não governamentais como IDEC –

Instituto de Defesa do Consumidor e a PROTESTE – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, têm se preocupado em informar à sociedade em geral do desempenho dos produtos em sua relação qualidade/preço. Ao profissional de Economia Doméstica se configura uma área de atuação onde passa a ser o “tradutor” das necessidades dos consumidores, em características de qualidade inseridas nos novos produtos e, por outro lado, um avaliador de produtos dentro de sua utilização cotidiana pelo ponto de vista de seus usuários. Existem várias formas de abordar esta questão e de trazer as contribuições dos consumidores para dentro do processo de desenvolvimento, como por exemplo, a utilização de dados demográficos, as pesquisas de marketing, a utilização de ferramentas do QFD – Desdobramento da Função Qualidade. A proposta que apresentamos traz, como diferencial, a compreensão destas necessidades, por meio do conhecimento do mundo real e concreto onde estes produtos estão inseridos, do conhecimento do produto e seu desempenho no decorrer da utilização, como também, e, principalmente, o conhecimento de quem os utiliza. A proposta engloba, portanto, uma teoria que contemple a utilização de produtos no cotidiano dos sujeitos, em uma maneira ampla e no micro, o desenvolvimento da atividade e quais processos individuais estão envolvidos no seu desenrolar.

Pretende-se com esta proposta de abordagem teórica disponibilizar um conjunto de conhecimentos que instrumentalize os profissionais no conhecer os sujeitos consumidores/usuários/cidadãos de produtos em nossa sociedade.

Este artigo está estruturado em três partes: na primeira parte, trata das reflexões acerca dos modelos tradicionais de pesquisa utilizados para o desenvolvimento de produtos; na segunda parte, apresenta a problemática relacionada à inserção do cotidiano como categoria de análise dentro da academia e, na terceira parte, apresenta uma proposta de abordagem teórica para o desenvolvimento de pesquisas e para a aplicação profissional do Economista Doméstico no trabalho no setor de desenvolvimento de produtos das empresas e nos órgãos de defesa do consumidor.

4. O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS

O processo de desenvolvimento e produção de produtos faz parte da história da humanidade. A necessidade de sobrevivência e de domínio das forças da natureza estimulou o homem a aplicar sua capacidade criativa no desenvolvimento de um saber, voltado ao domínio dos recursos materiais fornecidos pela natureza e sua transformação em artefatos³, a fim de atender melhor às suas necessidades, impondo modificações que tornam o artefato mais adaptado e conveniente ao uso. Mestres e artífices se destacam por sua capacidade criativa de, em princípio, adaptar o material oferecido pela natureza em instrumentos de trabalho e, posteriormente, por desenvolver técnicas e tecnologias que possibilitaram o desenvolvimento de produtos altamente complexos.

Contrariamente ao modo de produção artesanal, no modo capitalista de produção, em virtude da desvinculação das ferramentas de trabalho do próprio trabalhador, à eliminação dos metabolismos de controle socioeconômico e à exclusão dos produtores do estabelecimento dos objetivos da produção com referência às suas necessidades, a direção dada ao desenvolvimento da própria produtividade passa a ser o da maximização do lucro. Nesse caso, a utilidade da mercadoria não está mais relacionada à necessidade das pessoas ou à sua capacidade de utilização, mas sim à sua capacidade de venda, ou seja, a evidência da “utilidade” da mercadoria é criada na medida em que se concretiza a sua transação comercial.

Neste contexto, Mészáros (1996) destacou a “Taxa de Utilização Decrescente”⁴ – diminuição de tempo de uso de determinada mercadoria antes do seu descarte – como

³ Numa definição mais aproximada daquela utilizada em antropologia, o termo artefato é empregado para nomear um objeto que sofreu transformação, mesmo que mínima, pelo homem, e que se distingue assim de outro resultante de fenômeno natural.

⁴ A crescente velocidade de circulação, que se torna necessária com o desdobramento do “capitalismo de consumo”, impulsiona a criação de meios que possam reduzir a taxa pela qual qualquer tipo particular de mercadoria é usada, encurtando deliberadamente sua vida útil, a fim de tornar possível o lançamento de um contínuo suprimento de bens no redemoinho da circulação acelerada. Assim, apesar de as necessidades de expansão da produção capitalista poderem ser satisfeitas, atraindo para a estrutura novos grupos de pessoas, anteriormente excluídas, ou tornando disponíveis também para as classes trabalhadoras mercadorias anteriormente reservadas aos privilegiados, as mercadorias destinadas ao

uma das leis tendenciais mais importantes e abrangentes do desenvolvimento capitalista, apresentando-se como intimamente ligada aos imperativos de expansão do capital. Apesar de desempenhar funções muito diferentes em fases distintas do seu processo de desenvolvimento, tendo como caráter positivo a expansão do consumo em escala incomparável a qualquer outro modo de produção, bem como o aumento da riqueza e o desenvolvimento econômico de dada nação, possui como aspectos negativos o aumento de maquinaria e redução da força de trabalho, além dos desequilíbrios ecológicos oriundos da destruição do meio ambiente, em função do processo de produção, uso e acúmulo de mercadorias descartadas que possuem um período de vida útil menor, ou seja, de seu não uso. Para a lógica capitalista, portanto, não importa se a mercadoria não é usada, apesar de ter sido adquirida. Mercadoria “encostada” conduz à busca e à aquisição de novas mercadorias. O que impulsiona a expansão da produção em uma sociedade capitalista não é necessariamente a necessidade humana como tal, mas somente o imperativo abstrato de “realização” do capital, como pode ser observado pelo processo de sua autorrealização, através da interação entre produção e consumo.

Outro fator importante é como se dá o processo de desenvolvimento tecnológico, seguindo-se essa lógica de autorrealização. Como os meios de produção têm que ser convertidos em capital numa escala de valorização cada vez maior, o desenvolvimento da tecnologia se transforma em uma prática produtiva. Como resultado, a tecnologia pode avançar “livremente”, como que descomprometida das implicações negativas possíveis à própria sociedade no que diz respeito à decrescente taxa de utilização, que se manifesta, por um lado, na superprodução de massa de mercadorias e, por outro, no acúmulo de excesso de capacidade produtiva.

No decurso histórico do modo de produção capitalista, não só a redução da taxa de utilidade das mercadorias pode garantir a sua autorrealização, é necessária a garantia da venda desses produtos, bem como a ampliação e a criação de novos mercados.

“alto consumo de massa”, além de certo ponto, não são mais suficientes para manter afastada a crise de superprodução (Meszsáros, 1996).

Seguindo a perspectiva neo-schumpeteriana, o sistema produtivo, ao contrário de caminhar para a estabilidade econômica, é circundado pela incerteza e pelos riscos de concorrência inter e intracapitalista, pelo fato de sua autorregulação ser definida pelo próprio mercado, em um processo intensamente dinâmico. Numa perspectiva mais microeconômica, Possas (1989) apresentou essa dinâmica do processo de concorrência como a base da interação entre as unidades econômicas, cujas empresas buscam alcançar a lucratividade por meio de esforço constante de inovação gerado pela competitividade e pela diferenciação dos seus concorrentes; visando, dessa forma, evitar que o lucro esteja determinado à diluição, face à ausência de inovações. Essas inovações representam um campo amplo de estratégias a serem adotadas, de acordo com as características específicas de cada empresa, a fim de criar novas oportunidades de abertura de espaços econômicos para a apropriação privada, isto é, criação de vantagens competitivas que possam ser convertidas em lucros monopolistas, temporários ou não. Se a competitividade pressupõe capacidade inovativa, então as condições específicas (tecnológicas, produtivas e de mercado) de determinada indústria e do ambiente econômico, num sentido mais amplo (externalidades físicas, sociais, técnico-científicas, condições institucionais e aparato regulatório), são decisivas para que as empresas desenvolvam seu potencial competitivo, percebido como naturalmente diferenciado e assimétrico.

Todo esse cenário que se configura com a abertura de mercado e a globalização da economia, tanto na sua dimensão produtiva quanto financeira, mostra-se como condicionante principal para a definição das estratégias de sobrevivência das empresas, através do incremento da competitividade, em uma realidade muito mais competitiva e assimétrica.

4.1. Desenvolvimento do mercado para eletrodomésticos – ampliação do espaço do trabalho para a Economia Doméstica

A indústria de eletrodomésticos foi implantada no Brasil no final da década de 40, beneficiando-se dos programas de substituição de importações (1956-61) e das

políticas de subsídios e de rendas dos governos militares para se estabelecerem no mercado brasileiro. Contando com o protecionismo do governo e com o fechamento do mercado interno às importações, as empresas passaram por um longo período sem grandes reformulações, quer nos processos produtivos, quer no lançamento de produtos. Somente mais recentemente, na década de 90, com a abertura do mercado, as indústrias instaladas no Brasil começaram a sofrer um processo de reestruturação mais intenso, necessário como tentativa de sobrevivência num mercado que se apresenta na atualidade muito competitivo.

De acordo com o levantamento dos dados divulgados pela imprensa, acerca dos movimentos das indústrias de eletrodomésticos, desde 1930, todas as empresas brasileiras buscaram, a partir do início da década de 90, como estratégia para enfrentar a abertura de mercado e a globalização, a aquisição de indústrias em outros países da América Latina. O Brasil é, atualmente, importante porque é foco das empresas para a implantação de setores de P&D, como referencial para o desenvolvimento de produtos Américas Central e Latina, bem como para outros países terceiro-mundistas. O mercado brasileiro para a indústria de eletrodomésticos é de grande potencial. Segundo dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI, 1995), o Brasil tinha, até o ano de 2000, 5.000.000 de consumidores potenciais.

Até a metade da década de 50, as empresas brasileiras importavam os produtos eletrodomésticos, possuindo linha de montagem ainda manual e muito pequena. Com a política de ampliação das áreas atendidas por energia elétrica adotada no país, houve um estímulo à criação de novos hábitos do consumo, com conseqüente ampliação de mercado. Entretanto, eram poucos os produtos disponíveis no mercado em virtude da política protecionista do governo, que acabou por reduzir a um valor insignificante um fator preponderante para uma política industrial, que é o melhoramento do processo produtivo e o estímulo à melhoria e ao lançamento de produtos, influenciado pela concorrência.

Segundo levantamento acerca dos lançamentos e das inovações no setor, entre as décadas de 1940 e 1990, até o final da década de 80, as empresas se resumiam ao

lançamento de um modelo de produto a cada cinco anos, e, em alguns casos, esse período se prolongava por muito mais tempo, como no caso da lavadora automática, que, lançada em 1959, só foi substituída por um novo modelo, em 1990. Até então, eram feitas pequenas alterações, que não se poderia chamá-las de inovativas, uma vez que consistiam de alterações “visuais” nos modelos dos produtos. Somente, no início da década de 90, pressionados pela abertura do mercado e pelo aumento da concorrência, as empresas começam a perceber os produtos como uma forte estratégia de diferencial competitivo.

A pesquisa feita em documentos relacionados ao tema identificou duas mudanças mais significativas. Uma relacionada à reestruturação do processo produtivo, que permite não mais o lançamento de um único modelo, mas uma combinação de vários modelos de produtos englobados no que se denomina “família de produtos”, visando disponibilizar no mercado modelos com preços e características distintos, que atendam aos gostos variados dos consumidores. (CLARK, 1993). A segunda mudança está relacionada ao período de lançamento de produtos com inovações, em alguns casos, tecnológicas; em outros, alterações no *design*, que mudou para um lançamento anual, ou mais, para cada modelo da família de produtos. Para termos uma ideia do que representa essa alteração, somente a década de 90 representa um volume, em lançamento de produtos, comparável a todos os 40 anos anteriores, em conjunto.

É esta realidade de transformação da economia brasileira que trouxe para a economia familiar a preocupação de se posicionar, tanto no que diz respeito aos estudos relacionados à proteção do consumidor, com relação a seus direitos enquanto cidadãos, à escolha mais adequada em termos da relação custo/ benefício, quanto ao que concerne à sua inserção nas discussões em torno das questões relacionadas ao desenvolvimento de produtos, que possam se adequar, de maneira o mais satisfatória possível, às atividades cotidianas desenvolvidas no âmbito familiar.

5. O USO DE PRODUTOS: A PROBLEMÁTICA DA INSERÇÃO DO COTIDIANO COMO CAMPO DE ESTUDO

Em virtude da preocupação central dos pesquisadores sociais estar focalizada sobre a natureza da razão e da lógica, até os últimos anos do séc. XIX, os estudos desenvolvidos tinham por objetivo produzir comparações acerca da racionalidade das ações desenvolvidas pelas pessoas. Tendo esse fio como condutor das pesquisas, não havia espaço para a busca da compreensão do funcionamento da mente humana e das manifestações comportamentais que se davam na vida cotidiana. Os procedimentos de pesquisa adotados eram consequências da forma como se estruturava o pensamento científico.

Com base em uma “Epistemologia Ocidental”, em que mente e corpo são percebidos enquanto dicotomizados, estruturou-se uma subclassificação, também dicotomizada, dos modos de comportamento humanos que eram, então, divididos em duas categorias, os modos racionais e científicos do pensamento, em clara oposição a outro primitivo, não racional ou irracional. Nessa categorização dual, o pensamento “cotidiano” foi também definido como em contraposição ao pensamento “científico”.

Para esses pesquisadores, o “pensamento cotidiano” toma forma por meio das características atribuídas ao pensamento primitivo, por que mantém relações idênticas de “primitividade”, que se encontram contrapostas às características atribuídas ao pensamento científico, ou seja, aparece como um modo irracional ou não racional de ação. Tal situação levou, nos fins do séc. XIX, à necessidade de racionalizar, dentro de uma lógica particular, mas, contraditoriamente generalista, todos os modos de comportamento humano. Entretanto, a própria conceituação do termo “irracionalidade” torna-se confusa à medida que tenta explicar o que se encaixaria em uma definição de pensamento irracional. Como se pensa irracionalmente? Como seria possível estabelecer parâmetros objetivos para que se proceda à distinção entre o que seria um modo de pensamento racional e outro irracional? Lave (1991) argumentou que muitas das oposições encontradas entre pensamentos “racional” e “irracional” ocorrem em razão de dificuldades epistemológicas, visto que o conceito de racionalidade da forma como é utilizado nada mais é do que a racionalização da cultura ocidental. Assim, o que não se encaixaria nesta construção seria “categoria residual” – incluindo ‘primitivo’, e, mais

recentemente, o pensamento ‘cotidiano’ (LAVE, 1991). Neste contexto, estariam incluídas as categorias, como as atividades domésticas e as mulheres – aquelas socialmente responsáveis por essas atividades.

As pesquisas sociais desenvolvidas por essa corrente teórica ganham respeitabilidade à medida que buscam, na forma de fazer pesquisa das ciências naturais – a “verdadeira ciência” –, os métodos a serem utilizados e pelos quais seria possível descobrir as respostas humanas aos fatos do mundo. O paradigma normativo se caracteriza por duas ideias fundamentais: “*a interação social é considerada como governada por um sistema de regras; a explicação sociológica é dedutiva, como nas ciências naturais*” (COULON, 1995: 27)

Em síntese, os estudos cognitivos que se estruturam a partir da lógica defendida pelos teóricos do funcionalismo têm por premissa que (a) existe uma ordem social em equilíbrio, sendo este mantido exatamente pela busca de consenso entre as pessoas; (b) os indivíduos são moldados e produzidos por meio da socialização dos atores dentro de papéis e práticas sociais governados normativamente; (c) a sociedade é exterior ao indivíduo e independe dele para existir; dessa forma, qualquer parte que a compõe como um todo pode ser separável para propósitos experimentais; (d) as relações sociais são frutos das experiências do indivíduo e da acumulação das experiências de socialização do passado; (e) as mudanças nas características inerentes à constituição da sociedade são concebidas como evolucionárias e, conseqüentemente, necessitam de um intervalo de tempo muito grande para se consolidar, o que justifica quando se conduz uma investigação por um período de tempo determinado, assumir sociedade e cultura como constantes; (f) a mente é concebida como dual, possuindo dois modos de pensamento distintos: um civilizado, profissional e racionalmente científico e outro (modo residual) primitivo, metafórico, expressivo e irracional, característico de crianças, mulheres e do pensamento cotidiano⁵.

⁵ O Funcionalismo (também chamado Análise Funcional) foi uma das principais teorias antropológicas do século XX. Originalmente, tenta explicar as instituições sociais como meios coletivos de satisfazer necessidades biológicas individuais, vindo mais tarde a se concentrar nas maneiras como as instituições sociais satisfazem necessidades sociais, especialmente a solidariedade social. É tradicionalmente associado a Émile Durkheim e, mais recentemente, a Talcott Parsons. A ideia de função tem um papel

Os modelos teóricos assim construídos são baseados em uma epistemologia positivista e seguem as seguintes suposições: a racionalidade é regra ideal de pensamento; a experimentação é a personificação desse ideal na prática científica, cujo conhecimento dos fatos do mundo é a base para a formação da teoria científica; mas, apesar disso, a ciência é uma coleção de valores necessariamente desvinculados do conhecimento fatural sobre o mundo, o que permitiria a sua generalização; a ciência é o oposto da história, os processos cognitivos são gerais e fundamentais, a sociedade e a cultura são responsáveis por modelar e dar conteúdo às particularidades da cognição, sendo o contexto sociocultural específico, não se aplicando às leis gerais da cientificidade; conseqüentemente, as leis gerais de comportamento humano devem ser formuladas o mais distante possível dos fatos históricos e sociais que proporcionam a elas tal particularidade.

Como, para os teóricos funcionalistas, a transmissão cultural é um processo de reprodução cultural de geração a geração, de forma linear e constante, nada pode perturbar a estrutura do pensamento humano, se as outras possíveis variáveis intervenientes do processo forem controladas experimentalmente. Essa forma de conceber o processo de transmissão cultural, como discutiu Lave (1991), “elimina”, estratégica e ideologicamente, a diversidade social, a desigualdade, o conflito, a complementaridade, a cooperação e as diferenças de poder e conhecimento, como também o significado pelo qual eles são socialmente produzidos, reproduzidos e transformados nos próprios laboratórios, nas escolas e em outras situações cotidianas.

Nessa dimensão teórica, o “pensamento científico” é o eixo central e norteador, por meio do qual se dimensiona, diagnostica e prescreve remédios para o “pensamento cotidiano”, que se acredita poder observar por meio de experimentos controlados em condições de laboratório. Essa possibilidade de generalizar os resultados do desempenho das pessoas em desenvolver tarefas predeterminadas, obtidos nos experimentos de laboratório para as atividades, quando estas são desenvolvidas em

muito importante no Funcionalismo, modelando o desenvolvimento de toda a Análise Funcional. O Funcionalismo é basicamente o estudo das funções e suas conseqüências (ABBAGNANO, 2000).

situações cotidianas, é o ideal da “ciência racional”, porque não são resultados originados das relações do indivíduo com a prática cotidiana. Nesse tipo de pesquisa, os termos cultura e conhecimento são vistos como equivalentes; os processos cognitivos são estáveis, constantes e teorizáveis, enquanto os contextos em que ocorrem são específicos, variáveis e não teorizáveis; a mente é tida como mecanismo que reflete, representa e opera hipoteticamente sobre o mundo, em vez de interagir com ele; o processo de solução de problemas é percebido como composto basicamente de relações meios/fins, que são traduzidas na prática da atividade no dueto condição/ação; o que, por consequência, desmembra ação e conhecimento em duas coisas distintas: a ação é o componente técnico, enquanto o conhecimento é o “fato” em si. O fator mais importante nesse processo é a finalidade a que a ação se destina; nessa abordagem, a utilização do termo “metas” é feita adotando-se o mesmo significado de “procedimento de solução de problemas”.

Em contraposição aos preceitos defendidos pela teoria funcionalista, surge uma proposta teórica, que se consolida como alternativa à visão do “fazer ciência” nos moldes das definições dos cânones das “ciências” da natureza. Na abordagem encampada por essa corrente teórica, em vez de um corpo receptor de conhecimentos advindos do mundo objetivado, a pessoa é percebida enquanto um todo – mente, corpo e emoção – que se constrói a partir das relações sociais mantidas no e com o mundo real. Ou seja, a pessoa, a atividade e o mundo se constituem mutuamente um no outro. O ambiente e a atividade se interligam por meio das relações constitutivas com a pessoa agindo. Por sua vez, a pessoa agindo é percebida como constituída mutuamente com o mundo e não como partes divisíveis ou fragmentadas, ou seja, o “eu” tem caráter contingente e histórico e se desdobra na sua relação com outros “eus”, por meio da criação do caráter de valor no decorrer da ação, em determinado ambiente.

Assim, as relações entre a pessoa e os outros agindo circunscritas em um ambiente não são internas ao indivíduo, mas sim constituídas de forma interativa. A atividade possui como aspecto essencial ser situacionalmente específica e constituída de pessoas agindo, e, por isso, os aspectos conjunturais são analisados como contexto histórico/cultural, no qual a atividade se desenvolve. O centro da reprodução social é,

dessa forma, a continuidade da atividade situacionalmente específica através de ocasiões e contextos em conjunto com as relações dialéticas que se dão entre a ordem constitutiva e o mundo experimentado. Cultura e cognição são percebidas como pertencentes a diferentes níveis da ordem sociocultural, influenciando indiretamente uma a outra, vinculadas a outros aspectos da ordem constitutiva e do mundo vivido. Por essa perspectiva, as pessoas – os atores sociais – usam as regras normativas, mas não como determinantes de sua ação, utilizam-nas de forma estratégica, porque são estas as disponíveis para produzir ações significantes. Essas regras não são ensinadas ou codificadas, são aprendidas tacitamente na convivência entre as pessoas, como tipificações familiares de situações e ações. Um bom exemplo para concretizar essa forma de pensamento foi dado por Lave (1991) acerca dos espaços ordenados da casa ou escola, que podem ser pensados como repletos de significados para as pessoas que lá interagem, assim como são também campos para ação, incluindo aprendizagem de valores e de relações simbólicas, como posturas personificadas, gestos, expectativas e sensibilidades comuns.

A ordem constitutiva é o resultado das interrelações entre cultura – concebida como um sistema semiótico – e os princípios organizacionais do universo social e material da economia política e estrutura social. Os sistemas político e material e a estrutura social, por conseguinte, não possuem significado quando tratados de forma isolada um do outro (COULON, op. cit.). A ordem constitutiva e a prática cotidiana refletem e constituem a distribuição do poder e de interesse, de tal forma que se torna, em geral, muito mais provável a reprodução da atividade no ambiente do que sua transformação ou mudança. A estabilidade do mundo social não é devida a uma estrutura eterna, mas às ações situadas, que criam e sustentam a compreensão compartilhada, em ocasiões específicas de interação (LAVE, 1991).

Em contraponto à forma de pensamento behaviorista, as pessoas não são o produto das estruturas e da ordem social, são, pois, constituídas a partir da relação entre as pessoas, o mundo e o ambiente, que possui caráter dialético fundamental para o mundo socialmente constituído, que tem como gênese a dualidade de todo o sistema

histórico. Esse sistema apresenta, por um lado, as relações sociais e culturais que compõem as atividades diárias no mundo de determinada sociedade – um mundo de aparências representado na consciência da experiência individual na forma de relações e regras substantivas, valores e interesses, constrangimentos e conflitos. Por outro lado, a ordem constitutiva se apresenta como um grupo de princípios organizacionais que estruturam o mundo material e social, englobando seus componentes produtivos e políticos; um mundo que existe por detrás do vivido. O papel da contradição e do conflito na análise da atividade, da prática social e da ordem social é crucial, mas não que a relação entre o ambiente e a pessoa represente estrutura estagnada nas contradições. Muito pelo contrário, a arena da atividade, como a família, é produto das contradições da economia política e da construção sociocultural. As pessoas agindo são percebidas em versões produzidas subjetivamente das mesmas contradições, fora das quais a atividade é moldada.

Neste sentido, o que ocorre na interação entre o ambiente, a pessoa agindo e a atividade conduz à construção de expectativas e não metas, que são os recursos utilizados para modelar a atividade como um todo. Dessa forma, as metas são também construídas, o que lhes proporciona caráter retrospectivo e reflexivo; estando ligadas aos fatos anteriormente ocorridos, aos que estão ocorrendo e às expectativas daqueles que irão ocorrer. Quando se observam as pessoas em ação no mundo cotidiano, pode-se perceber que a ação não pode ser dirigida apenas por metas anteriormente definidas, muito menos a definição dessas mesmas metas é condição para que ocorra a ação. A motivação para a ação não é nem exclusivamente interna da pessoa e nem se encontra exclusivamente no ambiente.

Em síntese, nesta proposição de abordagem teórica, a compreensão das limitações e possibilidades proporcionadas pelo produto só é possível a partir de sua compreensão enquanto inserido nas práticas das pessoas, ou seja, nas atividades que fazem parte de seu cotidiano, em uma determinada época e situação específica de utilização.

6. A NATUREZA DA COTIDIANIDADE⁶ NO ÂMBITO DA ECONOMIA FAMILIAR

O cotidiano tem sido, desde o início da década de 90, objeto de estudo de vários teóricos: Heller (1989), Lefebvre (1991), Certeau (2001), Lave (1991, 1993), Hutchins (1996). No caso deste trabalho, optou-se pela escolha da conceituação apresentada por Jean Lave (1995), em seu Livro “Cognition in practices”; o termo não se apresenta como definidor das atividades ligadas ao mundo da produção (entendidas como racionalmente estruturadas) e ao mundo doméstico (constituídas de rotinas manuais e de trabalhos criativos), diferenciando-se do conceito apresentado, por exemplo, nas obras de Agnes Heller, onde a referida autora impõe uma separação entre “cotidiano e rotina”, retificando assim a dualidade de pensamento e a redução das atividades domésticas a um campo inferior àquele do mundo dito da “produção”.

Nesta proposição em apresentação, o termo cotidiano é utilizado para denominar todas as atividades que possuem como característica comum a sua repetição em ciclos ordinários, seja diariamente ou semanalmente; o fazer parte da vida diária dos sujeitos.

A rotulação das atividades cotidianas como “trabalhos de rotina” por muitos profissionais, pode ser posta em discussão à medida que se procede a observações centradas na atividade em si, sem juízo de valores anteriormente definidos do que deveria ser observado, o que possibilita perceber que tais observações são, de fato, improvisações complexas. Entretanto, esse tipo de descrição da atividade como “habitual” e “de rotina” faz com que as pessoas interpretem suas atividades particulares como repetitivas e altamente similares. Apesar de se apresentar como “a mesma atividade”; esta é, entretanto, sempre uma atividade diferente em cada situação, porque esse desdobramento da atividade cotidianamente é um processo aberto e a sua reprodução no tempo, uma produção. A pessoa agindo é, na verdade, um fenômeno de alcances múltiplos que produz campos de ação que, por sua vez, suportam a geração de

⁶ Parte destas reflexões estão contidas no artigo “Construindo uma proposta de avaliação e concepção de produtos” aceito para publicação pela revista OIKOS. (notas da autora)

tipos particulares de experiência. A própria atividade que se desenrola naquele determinado momento ajuda a reproduzir o campo da atividade que a rodeia; a ação e a reprodução da atividade no ambiente são duas partes do mesmo processo. A atividade cotidiana é sempre o produto e a reflexão de relações múltiplas – de valores e crenças, de pessoas umas com as outras e das condições de produção e reprodução da atividade no tempo.

Para Lave (1991), não é em nível da atividade, mas em nível de transformação de um grupo de recursos de estruturação⁷ articulados que a atividade pode ser dita ser “a mesma” de uma ocasião para a próxima. A atividade difere de uma ocasião para outra, principalmente na articulação gradual das diferenças de recursos de estruturação comuns. As transformações da atividade não formam um grupo fechado de possibilidades lógicas, mas são abertas e contingentes. Nada garante que a mesma realidade múltipla convirja, nem que a arena, a pessoa ou o cenário constituídos sejam os mesmos, nem que a convergência imediata de tudo isso conduzirá à outra articulação de recursos de estruturação. Eles nem mesmo formam o campo para a ação que sustenta essa expectativa. Familiaridade e rotina são experimentadas, exatamente nesse sentido, pelas pessoas agindo no ambiente.

Na análise da atividade enquanto inserida no cotidiano e de forma situacionalmente específica, vários são os resultados potenciais, pois estes são originados da própria atividade e podem ir desde a sua reprodução ou mudança até a possibilidade de sua transformação, de acordo com os processos de interação desenvolvidos entre o produto, a pessoa e o ambiente.

A mudança do foco da análise para a atividade da pessoa agindo, sendo esta compreendida como um todo em vez da atividade de pensar, desvinculada da atividade do fazer, implicando, portanto, em negação da divisão convencionalmente estabelecida entre a mente e o corpo, como também da cognição percebida como desvinculada da pessoa, da atividade e do ambiente; isto é, o pensamento (personificado e ordenado) situado no tempo e no espaço, é estruturado social e culturalmente. A cognição, por sua vez, é percebida como intrinsecamente vinculada a sentimento, pois sua compreensão só

⁷ Recursos humanos, técnicos e ambientais disponíveis e que estruturarão a ação.

é possível vinculada ao significado que a pessoa lhe atribui; ela se constitui, portanto, a partir da experiência do sujeito com o mundo, por meio da atividade em contexto; por conseguinte, sua análise necessita ser constituída como parte de uma teoria da prática que explore as relações entre pessoas agindo, ambiente e atividade. Como por exemplo, podemos citar o caso apresentado por Lave (1991) sobre a atividade de compras em um supermercado. Cada sujeito ou grupo familiar se estrutura e estrutura seus processos decisórios a partir das prioridades elencadas pelo grupo. Por exemplo, tendo uma pessoa de dieta no grupo, as frutas de baixa caloria, mesmo que mais caras, são inseridas na lista de compras.

6.1. A natureza da atividade humana

Para Vygotsky (1993, 1997), a atividade é semioticamente mediada, sendo preenchida por significações que constroem a subjetividade humana. A linguagem materializa e constitui as significações construídas no processo social e histórico. Assim, ao apropriar-se dela, o ser humano tem acesso às significações historicamente produzidas. Este ser humano irá significar suas experiências e são estas significações que constituirão sua consciência; mediando, assim, suas formas de sentir, pensar e agir. Neste sentido, nos apropriamos dos significados construídos socialmente para dar sentido às nossas experiências, nossos sentimentos, nossos desejos, nossas ações, de maneira que podemos conceber os signos como instrumentos voltados para a criação e a transformação do plano subjetivo do sujeito. O signo permite ‘ operar no plano psicológico, sendo constitutivo da consciência. A significação é construída na esfera social, de maneira que sua internalização dependerá da mediação externa, da relação com o outro. A transformação do social em subjetivo se dará sempre em um universo interpessoal, que se transforma em intrapessoal e intrassubjetivo, como resultado de um processo longo, pelo qual o plano subjetivo é criado (BRUNER, 2002).

Por outro lado, a “mediação” é um processo essencial para tornar possível atividades psicológicas voluntárias, intencionais, controladas pelo próprio indivíduo. É o processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação; a relação deixa de ser direta e passa a ser mediada por esse elemento (pode ser um objeto físico ou linguagem, pensamento verbal, imagem mental, instrumentos). O pensamento simples é substituído por um ato complexo.

Outra característica da atividade humana é que esta se instaura em arenas e seu desenvolvimento se constitui em cenários. Para evitar o caráter unidimensional de cada uma dessas caracterizações, um cenário é concebido aqui como uma relação entre pessoas agindo e as arenas, sendo estas entidades duráveis e públicas, físicas, econômicas, políticas e socialmente organizadas no tempo e no espaço, dentro das quais a atividade toma lugar. Utilizando-se do exemplo de Lave (1991), o supermercado como arena é o produto da formação do capital e da economia política, não sendo negociável diretamente pelo indivíduo. É externa, ainda que circunde o indivíduo, fornecendo uma estrutura de alta ordem institucional, dentro da qual o ambiente é constituído. Ao mesmo tempo, para os indivíduos, esta entidade é uma versão repetidamente experimentada, pessoalmente ordenada e editada. Nesse aspecto, pode ser chamada de “ambiente” para atividade.

O termo cenário apresenta características que, em conjunto, constituem seu caráter essencial; ele é o resultado da experiência e expectativas das pessoas como atores, por um lado, e da organização de arenas, por outro lado. Um cenário não é simplesmente um mapa mental instalado na mente do usuário; ele possui natureza articulatória, tem caráter simultaneamente independente e físico e se materializa somente em relação à atividade do usuário. Um cenário para a atividade não pode ser adequadamente conceitualizado caso se pretenda fazê-lo, conceituando-o por meio de uma lista de componentes ambientais ou como uma construção intersubjetiva.

No caso específico da inserção de produtos nas atividades cotidianas no âmbito doméstico, as arenas são designadas como a própria estrutura familiar, instituição estável e duradoura, estabelecidas fisicamente como ocupantes de determinado espaço físico, a casa, onde várias atividades se desenvolvem com o objetivo de atender às

necessidades dos indivíduos que a compõem. Nesse caso, a atividade de lavar roupas faz parte desse aglomerado de atividades aí desenvolvidas. A introdução de um produto, como por exemplo, a máquina de lavar roupas, representa alteração no cenário anteriormente definido para tal atividade. O produto aí inserido já possui utilidade predeterminada por seus fabricantes e, conseqüentemente, vão influenciar a forma de estruturar a atividade. Assim, muda-se o cenário anteriormente posto para a execução dessa atividade. Nem o cenário e nem a atividade, portanto, existem concretamente por si sós, mas sim na relação de um com outro.

Em geral, através do tempo, o usuário experiente transforma uma arena rica em informação em um cenário de informação específica. Essas transformações de experiências passadas, emolduradas nas relações com os cenários que se constroem dentro da casa, formam a base do que parece ser o procedimento habitual para se processarem as roupas.

Outro aspecto a ser ressaltado é que a atividade em suas mediações se utiliza de instrumentos. Para Rabardel (1995), além dos objetos materiais, a noção de artefato inclui objetos simbólicos. O instrumento passa a ser conceituado como uma entidade mista que inclui dois componentes: o objeto técnico ou artefato (material ou simbólico) produzido pelo utilizador ou por outros; e o esquema (ou esquemas) de utilização⁸ associado(s), construído(s) pelo sujeito ou resultante(s) de uma construção própria ou da apropriação de esquemas sociais pré-existent. Nesta conceituação, não é somente o artefato que é associado e associável pelo sujeito à sua ação para a execução da tarefa, os são também os esquemas de utilização. Juntos, como explicam Béguin e Rabardel (2000), artefato e esquema constituem o instrumento, que pode ser inserido pelo sujeito na sua ação, na qualidade de componente funcional desta ação.

As duas dimensões do instrumento - artefato e esquema são associados um ao outro, mas estão igualmente numa relação de independência relativa, pois um mesmo

⁸ A noção de esquema de utilização é desenvolvida de forma sistemática e diferentes tipos de esquemas podem ser distinguidos: os esquemas de uso, os de ação instrumentada e de atividade coletiva instrumentada.

esquema de utilização pode se aplicar a uma multiplicidade de artefatos, que fazem parte da mesma classe, embora possam se remeter a classes vizinhas ou diferentes; e, inversamente, um artefato é suscetível de se inserir numa multiplicidade de esquemas de utilização que vão lhe atribuir significados e funções diferentes. Segundo Beguin e Rabardel (2000), além das interações diretas sujeito-objeto, múltiplas outras interações podem ser consideradas: o que denominam interações entre o sujeito e o instrumento; entre o instrumento e o objeto sobre o qual ele permite agir, além daquelas denominadas interações sujeito-objeto mediatizadas pelo instrumento.

Nesta perspectiva, não é somente o artefato que é associado e associável pelo sujeito à sua ação para a execução da tarefa, os são também os esquemas de utilização. É a análise desta entidade bifacetada, do conjunto de seus componentes e de seus processos de interação que se organiza o estudo das atividades com instrumentos, que se busca responder questões do tipo: como o objeto técnico, o artefato torna-se instrumento, e como se constituem os esquemas de utilização. Como argumenta Béguin e Rabardel (op.cit.), as duas dimensões do instrumento - artefato e esquema são associados um ao outro, mas estão igualmente numa relação de independência relativa. A noção de esquema de utilização é desenvolvida de forma sistemática; além disso, diferentes tipos de esquemas podem ser distinguidos: os esquemas de uso, os de ação instrumentada e de atividade coletiva instrumentada.

Rabardel (1995) propõe um modelo que introduz o instrumento como o 3º polo na relação sujeito/objeto até então bipolar. Esse modelo, apresentado na figura 01, conduz a um conjunto de interações muito mais amplas e mais diferenciadas do que aquelas que se apoiam na modelização clássica bipolar.

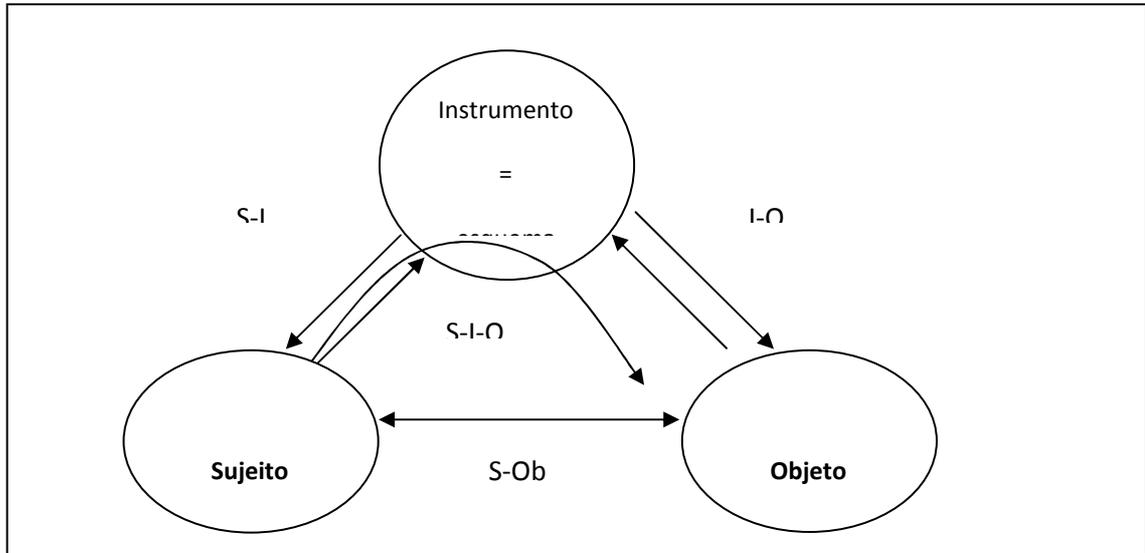


Figura 1 - A tríade característica das Situações de Atividades Instrumentadas

Fonte: Béguin e Rabardel (2000).

- O sujeito é o ser humano consciente, portador de escolhas e decisões, podendo ser denominado: usuário, operador, trabalhador, agente;
- O instrumento, aquilo que instrumentaliza a ação, podendo ser a ferramenta, a máquina, o sistema, o utensílio, o produto;
- O objeto em direção ao qual a ação, com a ajuda do instrumento é dirigida e pode ser a matéria, a realidade, o objeto da atividade, do trabalho, outro sujeito, etc.

7. A INTERFACE ECONOMIA FAMILIAR E EMPRESA NO USO COTIDIANO DE PRODUTOS

A partir do esquema da ação instrumentada proposto por Rabardel (1995) e dos autores que trabalham sob a perspectiva da teoria da atividade, foi esquematizado, na figura 2, as possíveis relações mediadas estabelecidas no decorrer do processo de desenvolvimento de produto, por meio das relações entre os componentes da equipe, e,

posteriormente, dos produtos com seus usuários. A atividade desenvolvida é composta pelo sujeito (suas representações do mundo e de si mesmo), o instrumento (seus esquemas de utilização anteriormente construídos e novos esquemas que possam vir a se formar, além do produto com sua dinâmica de funcionamento e as informações de uso fornecidas pelo fabricante) e o objeto (a atividade a ser executada pelo instrumento).

É importante ressaltar que esta atividade é situada e possui um contexto particular de ação que é inerente ao sujeito que a está executando; ou seja, além das representações diferenciadas da cada um, eles têm em comum, o estabelecimento de uma terceira interação, por meio da interlocução e dos contatos estabelecidos por meio do qual esperam resolver o problema, pela perspectiva de ambos.

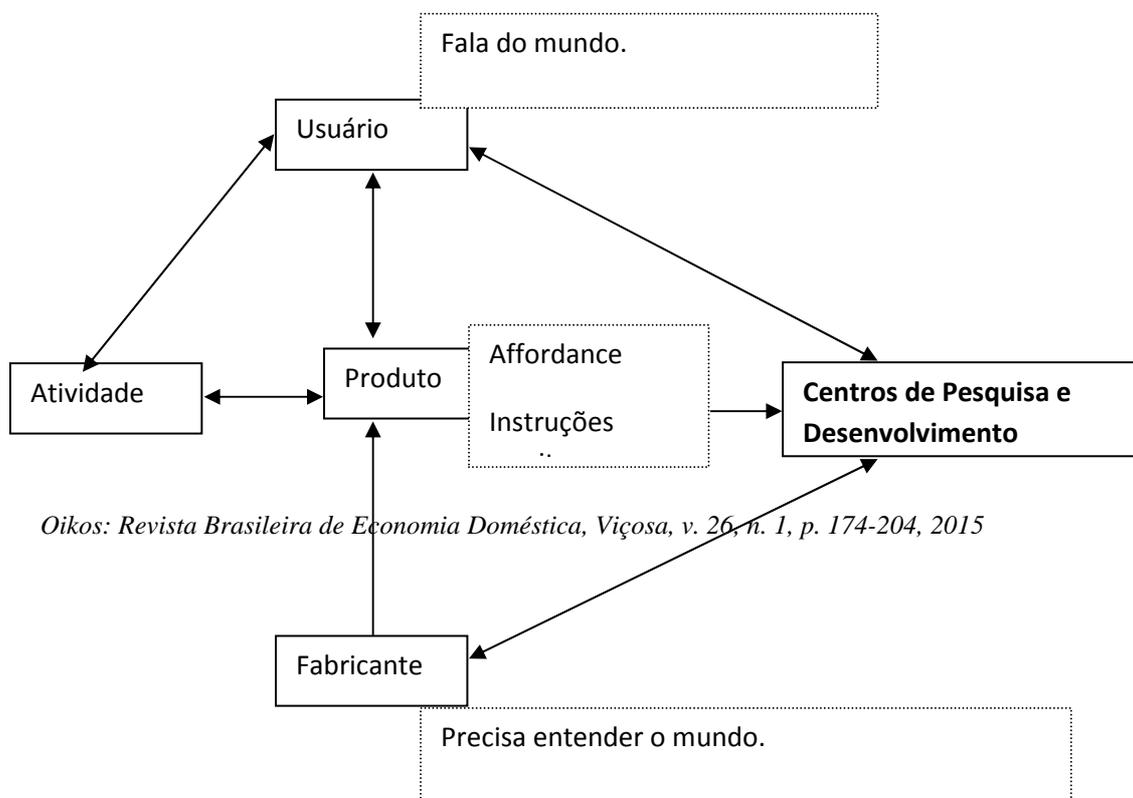


Figura 2 - Representação esquemática do processo de interação verbal e seus instrumentos mediadores

Fonte: RABARDEL e BÉGUIN (op.cit.), VALSINER (2000) e FASSINA et al (1993).

Neste modelo, pode-se visualizar vários mediadores inseridos na relação, o próprio produto, as informações que o acompanham, o próprio fabricante ou sua equipe de projeto que, ao construir o produto, trabalham no sentido de criar algo que medie uma atividade; na concepção, a equipe constrói, simbolicamente, representações do produto.

- O usuário, diferentemente do consumidor (para quem estão dirigidos os apelos do marketing), são aqueles sujeitos que utilizam o produto, enquanto instrumento mediador ao executar determinada atividade, como, por exemplo, lavar roupas;
- A atividade, por sua vez, será aquela que se constitui a partir da ação do sujeito em um determinado contexto, sendo esta atividade distinta uma da outra quando se alteram o a situação e/ou o usuário;
- O produto, neste caso compreendido como instrumento mediador da ação, mas também podendo ser objeto da ação. O produto pode também possuir uma utilização distinta da que foi projetada (por exemplo, quando serve de reservatório de roupas sujas, recolhidas no decorrer da semana); por isto, ao conhecer o mundo a partir do qual o sujeito constitui suas ações, torna-se

possível compreender as realidades de utilização e localizar os ajustes necessários ao produto;

- Os centros de pesquisas (tanto das universidades, quanto das empresas), necessitam fazer esta mediação entre os mundos de lógicas distintas, o da empresa, onde o atendimento às necessidades do cliente/consumidor é vista como investimento e é delimitada pela relação custo/lucro; e o do usuário, para quem o produto pode, além de ser um instrumento relacionado à execução de uma atividade, contemplar, ainda, um significado simbólico do que sua inserção naquele mundo representa em termos de como ele, o sujeito, se reposiciona com relação à atividade e à sua valorização no mundo.
- O fabricante, concretamente a equipe responsável pelo desenvolvimento. Este, além de compreender a lógica de funcionamento do produto a partir de suas competências (lógica do sistema elétrico, do sistema mecânico, da aerodinâmica, da combinação de todas estas lógicas, etc.), necessita de informações do mundo real de forma a tornar os produtos mais adequados. Esta lógica necessitará ser traduzida em especificações de projeto e, posteriormente, avaliada em suas funcionalidades.

Tomando emprestado o caso da avaliação de um protótipo que pretendia, na linguagem da empresa, ocupar um “gap” de mercado entre os consumidores “tanquinho” e as “lavadoras automáticas” (BIFANO, 1999): o novo produto pretendia agregar funcionalidades não existentes no tanquinho, como por exemplo, número de enxáguas e centrifugação, mas numa interface simples, composta de três teclas (as lavadoras atuais podem chegar a possuir oito teclas que possibilitam uma gama de aproximadamente 30 combinações de ciclos). Neste caso, o fabricante, tendo conseguido por meio das pesquisas de marketing e do trabalho *expertise* de sua equipe de desenvolvimento, chegar a basicamente dois produtos que poderiam atender melhor às expectativas do consumidor anteriormente detectadas. Sua demanda, portanto, concernia em checar se a utilização do produto seria facilmente apreendida pelas

usuárias. O trabalho foi desenvolvido em campo. Foram convidadas usuárias⁹ do produto “tanquinho”, conforme recomendado pela empresa, visto que era o público alvo para o qual o produto estava sendo desenvolvido. As usuárias que aceitaram participar da pesquisa receberam as máquinas em suas residências, dentro das respectivas embalagens, e deveriam proceder a todas as operações como se tivesse ganhado a lavadora de presente. A orientação dada à equipe de pesquisa era de que não interferisse no processo, a não ser quando fosse observado que a usuária não iria conseguir colocar o produto para funcionar sem ajuda. Seguem, abaixo, fragmentos de uma das situações observadas.

Ué, João não está caindo água, não! (havia aberto a torneira para entrada da água)

A água está caindo. (Desenroscou a mangueira de entrada de água para verificar e a enroscou novamente).

É... Não sai água, temos que ler o manual de instruções. (leram as informações do painel, da película protetora e as informações da tampa móvel).

Mas sobre a água, ali não fala, não! (a máquina estava com a tampa aberta e desligada. Pressionou a tecla “Inicia”).

Ah, não ligou. Mãe você não colocou a roupa.

Mas como Liga? (a tampa estava aberta. A máquina tem um sistema de segurança que inibe seu funcionamento quando a tampa está aberta)

E agora, como é que a água entra, tô achando complicado!

Tem que pôr o sabão!

Por quê? Você sabe que eu não gosto de sabão em pó pra roupa de cor?

Ah, pelo que eu li aqui (Guia de Uso), *se não colocar sabão num desses buracos, a água não cai.*

...

Ah, eu acho que esse (lead) do “Enxaguar e Centrifugar” não pode ficar ligado agora, é no “Enxaguar” que a água vai embora!

⁹ Usuárias, porque de acordo com pesquisa prévia, as mulheres são as responsáveis pela atividade de lavar as roupas, cabendo ao homem, instalar o produto (BIFANO, 1999).

É só abrir a tampa que a água vai embora. (Abriu a tampa, no mesmo instante a água começou a ser drenada).

Eu tenho que achar onde colocá-la para funcionar. Aqui “Inicia” coloca a máquina para encher, mas não para rodar! (Apertou a tecla “Inicia”, em seguida “Pausa”, pressionou a tecla “Avançar Função”, pressionou novamente a tecla “Inicia”. Como a água que entrava no cesto era continuamente drenada, não atingia o nível necessário para que a lavadora começasse o processo de agitação das roupas).

Dei “Pausa” para ver se agora a água não desce. Será que o problema não está na altura que a mangueira ficou? Deve ficar dessa forma. (Colocou a mangueira encaixada na borda do tanque).

Está enchendo sem problemas, vamos ver!

Esta tentativa de fazer com que a água ficasse contida dentro da lavadora transcorreu num período de sete horas seguidas, no primeiro contato da usuária com a lavadora.

Este tipo acontecimento faz parte do cotidiano das pessoas nas suas tentativas de uso de produtos dos mais variados e em condições diversas. É fato que o acelerado desenvolvimento tecnológico tem possibilitado a incorporação de aperfeiçoamentos técnicos aos produtos, mas, apesar de se tornarem inovações de grande aceitação, porque ampliam as perspectivas de uso, mudaram os padrões de interação entre a máquina e a sua operadora, porque o grau de complexidade das programações oferecidas foi ampliado e tornaram complexos tantos os painéis de programação em si, que passam a contar com uma série de botões ou teclas, quanto à linguagem utilizada, quer por meio de símbolos quer pela escrita propriamente dita. Produtos aparentemente simples, de fácil manuseio (como no caso apresentado acima, uma lavadora de roupas automática), possibilitam uma gama de problemas em sua utilização.

Os resultados da pesquisa foram, portanto, muito além de questões relativas à escolha do melhor painel, mas de outras limitações relacionadas ao não conhecimento das estratégias de ações dos sujeitos, como, por exemplo, a dificuldade de compreensão das informações que, para a equipe do projeto eram claras, mostrando que era preciso

melhorar as informações disponíveis para a utilização do produto. O entendimento de que as pessoas necessitam compreender as instruções em vez de segui-las passo a passo, muda a lógica de elaboração dos manuais e da disponibilização das informações no próprio produto. Como as pessoas constroem conhecimentos em suas experiências, elas estabelecem procedimentos a partir daquele conhecimento.

8. EM GUIA DAS CONCLUSÕES

A proposta apresentada neste trabalho foi construída a partir da ideia de uma Economia Familiar onde o conceito de qualidade de vida passa pela estruturação de bases teóricas para a construção de um conhecimento que recoloca o sujeito, em toda sua complexidade, no centro das discussões. A compreensão deste sujeito real, que é agente contínuo na construção de si e de sua história, aprendendo em suas práticas cotidianas e construindo conhecimentos que os tornam “*expertises*” no desempenho de suas tarefas, permite à Economia Familiar, enquanto campo de conhecimento, ocupar um lugar até então vago, nas instituições públicas e privadas que tratam dos interesses dos cidadãos e que necessitam conhecê-lo.

Concretamente, as transformações ocorridas no mundo social propiciaram à economia familiar a possibilidade de buscar aprofundamento das questões relacionadas ao desenvolvimento e à inserção de tecnologias no âmbito doméstico. Os estudos das tecnologias domésticas, dentro da visão pretendida pela economia familiar se organizam em quatro linhas básicas:

- Relação das tecnologias com a organização das atividades domésticas e com a divisão sexual do trabalho;
- Adequação das tecnologias à realidade de utilização, considerando o contexto sócio-histórico e cultural;
- Instrumentalização dos sujeitos para ação cidadã, subsidiando-os com informações relativas à *performance* dos produtos e dentro da relação custo benefício;

- Compreensão dos processos decisórios de aquisição de produtos, como instrumentos também simbólicos, tendo por base sua inserção numa vida cotidiana, que é social e contextualmente localizada e situacionalmente específica.

A emergência destes estudos, por sua vez, só foi possível por causa destas transformações sociais. Foram elas que abriram espaço dentro das ciências para os estudos da vida cotidiana, essenciais para a compreensão da inserção destas tecnologias no mundo doméstico e para as possíveis contribuições desse referencial analítico, para a melhoria dos produtos e, conseqüentemente, para o aumento do bem-estar, da segurança e da satisfação do uso.

9. REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **História da filosofia** – Volume XII. Lisboa: Editorial Presença. 1ª edição em português 1985. Lisboa: Editorial Presença Ltda., 2000. v. 12.

ABRANCHES, S. H. H. **Sócio dinâmica aplicada. Ruptura e adaptação: o novo paradigma produtivo e a formulação de políticas públicas para a economia brasileira.** Versão final do trabalho apresentado no X Fórum Nacional; Rio de Janeiro, maio de 1998. Disponível em: <www.bndes.gov.br>

BÉGUIN, P.; RABARDEL, P. Designing for instrument – Mediated activity. **Scandinavian Journal of Information Systems**, n. 12, p. 173 -190, 2000.

BIFANO, Amelia C.S. **Estudo da prática situada** – Uma contribuição metodológica para avaliação e concepção de produtos. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 180 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

BIFANO, Amélia C. S. Concepção e avaliação de interfaces – Uma proposta metodológica. In: ABERGO 2002. **Anais...** [S.l.]: Associação Brasileira de Ergonomia, 2002.

BIFANO, Amélia C. S.; SZNELWAR, Laerte I. Estudo introdutório da utilização dos conceitos de conhecimento e linguagem enquanto construções sociais na concepção ergonômica das interfaces. In: BERGO 2004. **Anais...** [S.l.]: Associação Brasileira de Ergonomia, 2004.

BOESCH, Ernest E. **L'action symbolique: fondements de psychologie culturelle**. Paris: Editions L'Harmattan, 1995

BOXER, Lionel J. **Positioning theory was influenced by Foucault**. List information page. 2006. Disponível em: <<http://intergon.net>>.

CHABAUD-RYCHTER, D. Inovação industrial em eletrodomésticos: concepção de uso e concepção de produção. **Revista Latino-americana de Estudios del Trabajo**, v. 4, n. 7, p. 55-76, 1998.

CLOT, Yves. **Avec Vygotsky**. Paris, La dispute, 1999.

COULON, A. **Etnometodologia e educação**. Petrópolis: Vozes 1995.

CRUZ, M B. da. **Teorias sociológicas: os fundadores e os clássicos**. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. 1v. (antologia de textos).

DAVIES, Bronwyn; HARRÉ, Rom. **Positioning: the discursive production of selves**. [S.l.], 1999.

DOSSE, François, **História do estruturalismo**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2004

DREYFUS, Hubert I. e RABINOW, Paul. **Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica** (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro : Forense Universitária

DUCROT, Oswald. **La preuve et le dire**. Paris : Maison Mâme, 1973.

FERREIRA, Mario C. Atividade, categoria central na conceituação de trabalho em ergonomia. **Alethéia**, Canoas, RS, v. 1, n. 11, p. 71-82, 2000.

FLAHAULT, François. **La parole intermédiaire**. Paris: Seuil, 1978.

FOUCAULT, Michel. **L'archéologie du savoir**. Paris: Gallimard, 1969.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. por Luiz Felipe Baeta Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. 2. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Trad. por Maria Celia Santos Raposo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975.

HARRÉ, Rom. The rediscovery of the human mind: the discursive approach. **Asian Journal of Social Psychology**, v. 2, p. 43-62, 1999.

HARRÉ, Hom; GILLET, Grant. **A mente discursiva: os avanços na ciência cognitiva**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

HOFFMAN, L. Uma postura reflexiva para la terapia familiar. In: MCNAMEE, S. e GERGEN, K.J. (eds). **La terapia como construcción social**. Barcelona: Paidós, 1992, p. 25-44.

LAVE, J. **Cognition in practice: mind, mathematics and culture in everyday life**. New work: Cambridge University Press, 1991.

LAVE, J., WENGER, E. **Situated learning: legitimate peripheral participation**. New York: Cambridge University Press, 1993.

LIMA, F. P. A. **Fundamentos teóricos da metodologia e prática de análise ergonômica do trabalho (A.E.T.)**. Belo Horizonte: UFMG, março, 1996.

LIMA, F. P. A., SILVA, C. A. D. A objetivação do saber prático na concepção de sistemas especialistas: das regras formais às situações de ação. In: DUARTE, F. (Org.). **Ergonomia e projetos na indústria de processos contínuos**. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

LUBERDA, James. **Unassuming positions: middlemarch, its critics, and positioning theory**. 2002. Disponível em: <<http://members.aol.com/james4242>>.

MAGGI, Bruno. La régulation du processus d'action de travail. In: CAZAMIAN, Pierre; HUBAULT, Françoise; NOULIN, Dominique (Dirs.). **Traité d'ergonomie**. Paris: Octares, 1996.

MAGGI, Bruno. **Do agir organizacional: um ponto de vista sobre o trabalho, o bem estar, a aprendizagem**. Trad. por Giliane M.J.; Ingrata/Marcos Maffiei, coordenador da tradução Laerte Idal Sznelwar. São Paulo: Edgard Blucher, 2006.

RABARDEL, Pierre. **Les hommes e les technologies: approche cognitive des instruments contemporains**. Paris: Armand Colin Ed., 1995.

RABARDEL, Pierre. Le langage comme instrument, éléments pour une théorie instrumentale élargie. In: CLOT, Y. (Ed.). **Avec Vygotsky**. Paris: La Dispute, 1999. p. 241-265.

RATNER, C. Traços gerais da psicologia humana. In:—. **A psicologia sócio-histórica de Vigotski**: aplicações contemporâneas. Porto Alegre: Ed Artes Médicas, 1995.

ROSA, E.Z.; ANDRIANNI, A. G. P. Psicologia sócio-histórica: uma tentativa de sistematização epistemológica e metodológica. In: KAHHALE, E. M. P. (Org.). **A diversidade da psicologia**: uma construção teórica. São Paulo: Cores, 2002.

SARDAS, Jean-Claude. Relation de partenariat et recomposition des métiers. In: FRANÇOIS, Hubaut (Coord.). **La relation de service, opportunités et questions nouvelles pour l'ergonomie**. Paris: Octarès Editions, 2001.

SILVA, E. B. Fazendo gênero na cozinha: tecnologia e práticas. **Gênero, tecnologia e trabalho**. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, v. 4, n. 7, p. 29-54, 1998.

SILVA, E. B. Tecnologia e Vida Doméstica nos Lares. **Cadernos Pagu; Gênero, Ciência e Tecnologia**, v. 10, pp.21-52, 1998.

SIMÃO, Livia M. Cultura como campo de ação: uma introdução a teoria da ação simbólica de Ernest Boesch. **Cadernos de Psicologia**, v. 4, n.1, p.57-66, 1998.

SIMÃO, Livia M. Ação, interação, objeto e cultura: a contribuição de Ernst Boesch. In: CONGRESSO NORTE-NORDESTE DE PSICOLOGIA, 1., 1999, Salvador. **Anais...** Salvador, 27-30 de maio 1999.

SIMÃO, Livia M. Alteridade no diálogo e construção de conhecimento. In: Simão, Livia; MARTÍNEZ, Albertina M. (orgs). **O outro no desenvolvimento humano**: diálogos para a pesquisa e a prática profissional em psicologia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004, p. 29-40.

SUCHMAN, L. A. **Plans and situated actions**. The problem of human/machine communication. New York: Cambridge University Press, 1994.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

VYGOTSKY, L. S. **Pensé et langage**. 3^e édition. Paris: La Dispute, 1997.